Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

07/06/2011

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL A TARDE
   1.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 1 - 2
   1.2. PAUTA ZERO..... 3
2. JORNAL ATOS E FATOS
   2.1. INSTITUCIONAL..... 4
   2.2. JUIZADOS ESPECIAIS..... 5
   2.3. JULGAMENTOS..... 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS
   3.1. JUIZADOS ESPECIAIS..... 7
   3.2. PAUTA ZERO..... 8 - 9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   4.1. AVISO..... 10
   4.2. COMARCAS..... 11 - 12
   4.3. JUIZADOS ESPECIAIS..... 13
   4.4. JULGAMENTOS..... 14
5. JORNAL EXTRA
   5.1. CONCURSO..... 15 - 16
   5.2. INSTITUCIONAL..... 17
   5.3. PAUTA ZERO..... 18
6. JORNAL O DEBATE
   6.1. INSTITUCIONAL..... 19
7. JORNAL O IMPARCIAL
   7.1. CONCURSO..... 20 - 21
   7.2. INSTITUCIONAL..... 22 - 23
   7.3. JULGAMENTOS..... 24 - 29
8. JORNAL O QUARTO PODER
   8.1. CONCURSO..... 30
9. JORNAL PEQUENO
   9.1. COMARCAS..... 31
   9.2. INSTITUCIONAL..... 32 - 33
   9.3. JULGAMENTOS..... 34
   9.4. PAUTA ZERO..... 35
10. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE
   10.1. COMARCAS..... 36

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Clipping realizado pela comunicação & informação

Adoção... Uma reunião da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Maranhão (CEJA), agendada hoje, foi transferida devido licença médica do juiz José Américo Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da capital, e relator do processo.
A adoção de crianças por parte de pretendentes estrangeiros voltará a ser discutida com o retorno do magistrado às atividades judiciárias.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Rede Maranhense de Justiça Juvenil propõe alteração do Código Judiciário ao TJMA

Uma comitiva da Rede Maranhense de Justiça Juvenil apresentou proposta de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão(Lei Complementar nº 14/91) ao Tribunal de Justiça do Maranhão para tornar competente para a execução de medida sócio-educativa o juízo do local responsável pelo seu cumprimento.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon recebeu a proposta do grupo formado pelos promotores de Justiça, Márcia Moura Maia (coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude -Caop); Márcio Thadeu Marques (1º Promotoria Especializada em Infância e Juventude); defensor público Murilo Guazzelli; Maria Ribeiro da Conceição (Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini); Jeane Sousa Pires (Fórum DCA/ Matraca); Elizabeth Ramos e Naisandra Mota, da Fundação Terra dos Homens.

A proposta consiste em acrescentar os incisos VII e VIII ao art. 15 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, de modo a contribuir para a celeridade nos processos relativos à medida socioeducativa de internação e de semiliberdade, definindo a responsabilidade pela execução ao juízo da comarca que abranger a unidade de atendimento responsável pelo cumprimento da medida aplicada.

Atualmente, no Maranhão, existem apenas uma unidade masculina de internação, decorrente de decisão judicial no município de São José de Ribamar e uma unidade feminina em São Luís, com 30 adolescentes internados.

"Não existe um tratamento não isonômico entre o apenado e o adolescente que cumpre uma medida de internação. O adulto está tendo um tratamento mais privilegiado que o adolescente", observou o promotor Marcio Tadeu Marques. "Fazendo essa alteração sugerida nós conseguiremos uma proximidade maior e controle geral da situação", acrescentou o defensor público, Murilo Guazzelli.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, endossou a solicitação e a encaminhou à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para apreciação, solicitando prioridade. Cópia da proposta também foi encaminhada à Corregedoria Geral de Justiça, responsável pela Justiça de primeiro grau.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A pedido da OAB Pauta Zero vai atuar em Presidente Dutra

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao presidente e vice-presidente da OAB-MA, advogados Mário Macieira e Valéria Lauande, o atendimento a dois pedidos da entidade – a realização do projeto "Pauta Zero" em Presidente Dutra e a indicação juiz para responder pela 1ª Vara da comarca enquanto durar a licença-gestante da juíza titular, que começa em agosto.

Os dois temas foram objeto de reunião nesta segunda-feira, 6, no gabinete do corregedor, com a entrega de documento com reivindicações. "A OAB não sairá daqui sem resposta", disse a representantes da entidade.

Quanto ao terceiro item da pauta, a criação e instalação do Juizado Especial Cível de Presidente Dutra, ou a instalação da Comarca de Joselândia, o corregedor ressaltou que o pleito será analisado pelo Tribunal de Justiça.

"Nossas solicitações foram deferidas", comemorou a presidente da subseccional da OAB de Presidente Dutra, Yara Macedo. O entusiasmo obteve eco no presidente Mário Macieira, que se disse muito esperançoso. "O corregedor prometeu providências", destacou.

Estiveram na visita ao corregedor os juízes de Presidente Dutra, Gláucia Helen de Almeida e Ferdinando Serejo, o presidente da Comissão de Juizados Especiais da OAB, Willington Conceição, e advogados atuantes na comarca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Pleno do TJ confirma remoção de três juízes

O Tribunal de Justiça confirmou em sessão plenária administrativa extraordinária, na tarde de ontem, 6, a remoção de três juízes. Dois deles - Gervásio Santos e Luiz Belchior - ocupavam varas da capital. Frederico Feitosa, de Riachão, irá para Cantanhede.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior, do 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, vai para a 6ª Vara Cível da Capital, pelo critéric de antiguidade, em vaga aberta com a aposentadoria do juiz Abrahão Sauaia.

Em votação movimentada, o juiz Luiz de França Belchior Silva foi removido para a 2ª Vara Cível da Capital, pelo critério de merecimento. Luiz de França Belchior chegou à Comarca de São Luis há oito anos. Antes, havia trabalhado como juiz substituto em Balsas, Alto Parnaíba e São João dos Patos.

"Chego para trabalhar em uma vara que tem mais de oito mil processos, mas é um novo desafio para mim", observou Belchior. Como titular, atuou em São Domingos do Maranhão, Santa Luzia do Tide, Imperatriz, e Caxias. Em São Luis, o juiz passou pela Vara de Entorpecentes e pela 2ª Vara do Tribunal de Júri, onde estava há quatro anos. Ele respondeu, ainda, pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, 7ª Vara Criminal, 7ª Vara Cível e 11ª Vara Criminal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Uma reunião da Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Estado do Maranhão - CEJA, agendada para esta terça-feira, 7, foi transferida devido licença médica do juiz José Américo Costa, titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da capital e relator do processo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

BISPOS DEFENDEM MANIFESTAÇÃO QUILOMBOLA

Diante de uma violência que assume proporções sérias e graves com o registro de assassinatos e outras tentativas de extermínio e a indignação pela impunidade aos criminosos, quilombolas de vários municípios maranhenses depois de acamparem em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, ocuparam a sede do INCRA. O protesto é marcado por cartazes e ao som do tambor de crioula como o grito de um basta de violência no meio rural. Um assassinato e outras tentativas contra famílias do quilombo Charco, no município de São Vicente de Ferrer, proporcionou a organização e manifestação. As lideranças destacam que os conflitos hoje existentes no Maranhão são decorrentes da falta de uma política efetiva e responsável para a regularização fundiária no Estado. A ausência dela contribui para o favorecimento de grileiros, fazendeiros e empresas do agronegócio, com a utilização, muitas das vezes até da Polícia Militar para perseguir, expulsar e matar os posseiros com mais de um século nas áreas, registram agentes da Comissão Pastoral da Terra, salientando que todos buscam uma justiça efetiva e um compromisso político. Para Dom Xavier Gilles, bispo emérito da Diocese de Viana e ex-coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra, não se pode ficar calado diante de tanta violência. O momento exige um posicionamento responsável e objetivo das instituições e dos poderes constituídos. O Governo do Estado, a Assembléia Legislativa do Estado e o Tribunal de Justiça devem tomar decisões urgentes para os problemas, antes que outras mortes se registrem. A vida é um Dom de Deus e ninguém pode banalizá-la, diz Dom Xavier Gilles.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CODIGO JUDICIÁRIO

Rede Maranhense de Justiça Juvenil propõe alteração

Uma comitiva da Rede Maranhense de Justiça Juvenil apresentou proposta de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão(Lei Complementar nº 14/91) ao Tribunal de Justiça do Maranhão para tornar competente para a execução de medida sócio-educativa o juízo do local responsável pelo seu cumprimento.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil Gedeon recebeu a proposta do grupo formado pelos promotores de Justiça, Márcia Moura Maia (coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude -Caop); Márcio Thadeu Marques (1º Promotoria Especializada em Infância e Juventude); defensor público Murilo Guazzelli; Maria Ribeiro da Conceição (Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini); Jeane Sousa Pires (Fórum DCA/ Matraca); Elizabeth Ramos e Naisandra Mota, da Fundação Terra dos Homens.

A proposta consiste em acrescentar os incisos VII e VIII ao art. 15 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão, de modo a contribuir para a celeridade nos processos relativos à medida socioeducativa de internação e de semiliberdade, definindo a responsabilidade pela execução ao juízo da comarca que abranger a unidade de atendimento responsável pelo cumprimento da medida aplicada.

Atualmente, no Maranhão, existem apenas uma unidade masculina de internação, decorrente de decisão judicial no município de São José de Ribamar e uma unidade feminina em São Luís, com 30 adolescentes internados.

"Não existe um tratamento não isonômico entre o apenado e o adolescente que cumpre uma medida de internação. O adulto está tendo um tratamento mais privilegiado que o adolescente", observou o promotor Marcio Tadeu Marques. "Fazendo essa alteração porposta nós conseguiremos uma proximidade maior e controle geral da situação", acrescentou o defensor público, Murilo Guazzelli.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, endossou a solicitação e a encaminhou à Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos, para apreciação, solicitando prioridade. Cópia da proposta também foi encaminhada à Corregedoria Geral de Justiça, responsável pela Justiça de primeiro grau.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A pedido da OAB: Pauta Zero vai atuar em Presidente Dutra

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao presidente e vice-presidente da OAB-MA, advogados Mário Macieira e Valéria Lauande, o atendimento a dois pedidos da entidade - a realização do projeto "Pauta Zero" em Presidente Dutra e a indicação juiz para responder pela 1ª Vara da comarca enquanto durar a licença-gestante da juíza titular, que começa em agosto.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A pedido da OAB: Pauta Zero vai atuar em Presidente Dutra

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao presidente e vice-presidente da OAB-MA, advogados Mário Macieira e Valéria Lauande, o atendimento a dois pedidos da entidade - a realização do projeto "Pauta Zero" em Presidente Dutra e a indicação juiz para responder pela 1ª Vara da comarca enquanto durar a licença-gestante da juíza titular, que começa em agosto.

Os dois temas foram objeto de reunião nesta segunda-feira, 6, no gabinete do corregedor, com a entrega de documento com reivindicações. "A OAB não sairá daqui sem resposta", disse a representantes da entidade.

Quanto ao terceiro item da pauta, a criação e instalação do Juizado Especial Cível de Presidente Dutra, ou a instalação da Comarca de Joselândia, o corregedor ressaltou que o pleito será analisado pelo Tribunal de Justiça.

"Nossas solicitações foram deferidas", comemorou a presidente da subseccional da OAB de Presidente Dutra, Yara Macedo. O entusiasmo obteve eco no presidente Mário Macieira, que se disse muito esperançoso. "O corregedor prometeu providências", destacou.

Estiveram na visita ao corregedor os juízes de Presidente Dutra, Gláucia Helen de Almeida e Ferdinando Serejo, o presidente da Comissão de Juizados Especiais da OAB, Willington Conceição, e advogados atuantes na comarca.

Corregedor Guerreiro Júnior recebe reivindicações da OAB

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2011 • Processo nº. 3.694/201

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.° 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.° 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.° 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços, para aquisição de materiais gráficos para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no dia 20/06/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua de Nazaré, 173, Centro, CEP 65.010-410, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 06 de maio de 2011.
FLÁVIA GOMES XIMENES ARAGÃO
Pregoeira Oficial TJ/MA

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comarca I

Joselândia poderá sediar, em pouco tempo, uma Comarca, desvinculando-se da Comarca de Presidente Dutra.

A implantação está sendo estudada pelo Tribunal de Justiça, que decidiu concretizar o que já está formalmente criado pela Lei Complementar nº 87/2005.

A decisão do presidente Jamil Gedeon foi tomada após apelo feito pelo comando da seccional da OAB.

Comarca II

Na reunião com o grupo de advogados liderados pelo presidente da OAB, Mário Macieira, o presidente do TJ ouviu que a Comarca de Presidente Dutra não mais dá conta da demanda.

A situação foi confirmada pelos juízes da Comarca, Gláucia Maia (1ª Vara) e Ferdinando Serejo (2ª Vara), informando que ali tramitam nada menos que 4.100 processos.

E ficou evidenciado que só a instalação da Comarca de Joselândia tornará a Justiça mais célere na região.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Justiça

Uma comitiva da Rede Maranhense de Justiça Juvenil apresentou proposta de alteração do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão (Lei Complementar nº 14/91) ao Tribunal de Justiça do Maranhão para tornar competente para a execução de medida socioeducativa o juízo do local responsável pelo seu cumprimento. A proposta consiste em acrescentar os incisos VII e VIII ao art. 15 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Prefeito usa solenidade para atacar imprensa e mandar recado para o MP

João Castelo diz que números do IPTU estão legais e que se o Ministério Público não provar fraude vai ficar em situação difícil

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

Durante a solenidade de lançamento do conjunto de obras e serviços de pavimentação asfáltica para a área da zona rural de São Luís, o prefeito João Castelo (PSDB) criticou a postura de membros da imprensa, ao qual denominou pejorativamente de "imprensa marrom", a série de denúncias que vem sendo feita contra sua administração, em especial à cobrança do novo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), cujo reajuste está estipulado em até 8.000%.

Castelo disse que são estapafúrdias e cretinas as acusações que vêm sofrendo da imprensa marrom e que não responde, por não fazer parte da sua postura humana se utilizar desse tipo de artifício. "Muita gente pergunta por que o Castelo nunca fez nada contra tanta agressão injusta e cretina da imprensa marrom. É porque eu não respondo agredindo com palavriados, pois eu respondo é com trabalho. A minha marca é trabalho", afirmou.

Com relação ao relatório do Ministério Público Estadual (MPE) de que houve fraude nas alterações feitas na Planta Genérica de Valores (PGV), que deu base ao IPTU, o prefeito disse ter ficado surpreso com as declarações do promotor de Justiça Osmar Alves, titular da Ordem Tributária.

"Eu fico surpreso em ver o Ministério Público denunciar que houve fraude no IPTU, pois nós não temos um passado de fraudador e nem aqui [na administração] ninguém tem. Mas se o Ministério Público diz que há fraude, ele deveria provar essa fraude. Se ele não provar, o Ministério Público vai ficar em situação difícil", ressaltou Castelo.

> "Eu fico surpreso em ver o Ministério Público denunciar que houve fraude no IPTU"
>
> **João Castelo**, prefeito de São Luís

Ele acrescentou que tudo foi feito dentro da legalidade e que todo o projeto foi aprovado pela Câmara Municipal de São Luís. "Nada foi feito fora da legalidade. Portanto, não tem fraude nenhuma", garantiu o prefeito Castelo.

Questionado sobre a suspensão da cobrança do IPTU pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, o gestor municipal disse que decisão judicial se cumpre, mas ressaltou que a Procuradoria Geral do Município vai aguardar a decisão do mérito da Justiça para saber quais providências tomar.

"Se foi alegado matéria constitucional, o foro não será o STJ [Superior Tribunal de Justiça], mas sim outro [o Supremo Tribunal Federal]. A Prefeitura só pode agir mediante fato concreto. Portanto, estamos esperando receber o Acórdão do Tribunal de Justiça para que a gente examine qual é a medida mais aconselhável que a Prefeitura vai tomar na forma legal, para preservar a Lei, de autoria do Executivo, aprovada pela Câmara de São Luís", enfatizou o prefeito Castelo.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

PREFEITURA DE RIBAMAR PRORROGA INSCRIÇÃO PARA CONCURSO

PÁGINA 4

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

ÚLTIMA CHANCE

Prefeitura de Ribamar prorroga inscrições para concurso até dia 12

■ ***Foram prorrogadas, até o próximo dia 12 deste mês, as inscrições para o concurso público da Prefeitura de São José de Ribamar. Estão sendo oferecidas 400 vagas para cargos de nível superior, nível médio e nível fundamental.***

Juntamente com o processo de inscrição, que seria encerrado nesta segunda-feira (6), a Prefeitura ribamarense e a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, responsável pelo certame, decidiram remarcar a data de aplicação das provas de conhecimento, que acontecerá no dia 10 de julho e não mais no dia 3 do mesmo mês.

A prorrogação das inscrições ocorreu justamente em função da alteração da data de aplicação das provas. No dia 3 de julho, além de ser o mesmo dia em que será realizado o concurso público do Tribunal de Justiça do Maranhão, acontece o tradicional Lava-Bois de São José de Ribamar, evento que encerra oficialmente a temporada junina no Estado, mobiliza praticamente toda a estrutura administrativa da Prefeitura e que atrai milhares de brincantes para o município.

"Como alteramos a data de aplicação das provas, achamos por bem prorrogar, por mais uma semana, o período de inscrição. Desta forma, estamos oferecendo mais alguns dias para que os interessados possam efetuar a inscrição e participar do concurso", explicou o secretário municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Ribamar, Rodrigo Valente.

As inscrições para o concurso da Prefeitura de Ribamar continuam sendo feitas somente através dos sites www.fsadu.org.br e www.sousandrade.org.br. O edital do certame, já modificado, continua disponível na página eletrônica da Prefeitura (www.saojosederibamar.ma.gov.br) e no site da própria Sousândrade (www.fsadu.org.br).

Para os cargos de nível fundamental, o valor da taxa de inscrição é de R$ 30,00. Já para os cargos de nível médio, o valor é de R$ 40,00. Os candidatos interessados em disputar as vagas para os cargos de nível superior deverão pagar taxa de inscrição no valor de R$ 60,00.

O resultado final do certame será divulgado no dia 29 de julho, sendo que a convocação dos candidatos aprovados acontecerá no mês seguinte.

Em menos de sete anos, esta é a terceira vez que o governo municipal de São José de Ribamar (administração do ex-prefeito Luis Fernando e a gestão do atual prefeito Gil Cutrim) promove concurso público para preenchimento de cargos efetivos na estrutura administrativa da Prefeitura.

Cargos - Para o nível superior, estão sendo oferecidas vagas para os cargos de assistente social, auditor fiscal de tributos municipais, cirurgião dentista, enfermeiro, enfermeiro obstetra, farmacêutico bioquímico, fiscal do meio ambiente, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico clínico geral, nutricionista, professor (disciplinas de ciências, educação artística, ensino religioso, filosofia, geografia, história, inglês, língua portuguesa, matemática, intérprete de libras e revisor de braile), psicólogo e terapeuta ocupacional.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TJ confirma remoção de três juízes

O Tribunal de Justiça confirmou em sessão plenária administrativa extraordinária, nà tarde desta segunda-feira, 5, a remoção de três juízes. Dois deles – Gervásio Santos e Luiz Belchior – ocupavam varas da capital. Frederico Feitosa, de Riachão, irá para Cantanhede.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior, do 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, vai para a 6ª Vara Cível da Capital, pelo critério de antiguidade, em vaga aberta com a aposentadoria do juiz Abrahão Sauaia.

Em votação movimentada, o juiz Luiz de França Belchior Silva foi removido para a 2ª Vara Cível da Capital, pelo critério de merecimento. Luiz de França Belchior chegou à Comarca de São Luís há oito anos. Antes, havia trabalhado como juiz substituto em Balsas, Alto Parnaíba e São João dos Patos. 7ª Vara Criminal, 7ª Vara Cível e 11ª Vara Criminal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

A pedido da OAB 'Pauta Zero' vai atuar em Presidente Dutra

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao presidente e vice-presidente da OAB-MA, advogados Mário Macieira e Valéria Lauande, o atendimento a dois pedidos da entidade - a realização do projeto "Pauta Zero" no município de Presidente Dutra e a indicação de um juiz para responder pela 1ª Vara da comarca enquanto durar a licença-gestante da juíza titular, que começa em agosto.

Os dois temas foram objeto de reunião nesta segunda-feira, 6, no gabinete do corregedor, com a entrega de documento com reivindicações. "A OAB não sairá daqui sem resposta", disse a representantes da entidade.

Quanto ao terceiro item da pauta, a criação e instalação do Juizado Especial Cível de Presidente Dutra, ou a instalação da Comarca de Joselândia, o corregedor ressaltou que o pleito será analisado pelo Tribunal de Justiça.

"Nossas solicitações foram deferidas", comemorou a presidente da subsecional da OAB de Presidente Dutra, Yara Macedo. O entusiasmo obteve eco no presidente Mário Macieira, que se disse muito esperançoso. "O corregedor prometeu providências", destacou.

Estiveram na visita ao corregedor os juízes de Presidente Dutra, Gláucia Helen de Almeida e Ferdinando Serejo, o presidente da Comissão de Juizados Especiais da OAB, Willington Conceição, e advogados atuantes na comarca.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

SESSÃO PLENÁRIA

Pleno do TJ confirma remoção de três juízes

O Tribunal de Justiça confirmou em sessão plenária administrativa extraordinária, na tarde desta segunda-feira, 5, a remoção de três juízes. Dois deles - Gervásio Santos e Luiz Belchior - ocupavam varas da capital. Frederico Feitosa, de Riachão, irá para Cantanhede.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior, do 9º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, vai para a 6ª Vara Cível da Capital, pelo critério de antiguidade, em vaga aberta com a aposentadoria do juiz Abrahão Sauaia.

Em votação movimentada, o juiz Luiz de França Belchior Silva foi removido para a 2ª Vara Cível da Capital, pelo critério de merecimento. Luiz de França Belchior chegou à Comarca de São Luis há oito anos. Antes, havia trabalhado como juiz substituto em Balsas, Alto Parnaíba e São João dos Patos.

"Chego para trabalhar em uma vara que tem mais de oito mil processos, mas é um novo desafio para mim", observou Belchior.

Como titular, atuou em São Domingos do Maranhão, Santa Luzia do Tide, Imperatriz, e Caxias. Em São Luis, o juiz passou pela Vara de Entorpecentes e pela 2ª Vara do Tribunal de Júri, onde estava há quatro anos.

Ele respondeu, ainda, pela 1ª Vara do Tribunal do Júri, 7ª Vara Criminal, 7ª Vara Cível e 11ª Vara Criminal.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

CONCURSOS

486 vagas em duas prefeituras

Ontem, São Benedito do Rio Preto lançou concurso e Ribamar prorrogou inscrições do seu certame. Hoje, há 920 vagas em disputa em seis prefeituras do MA

ADALBERTO JÚNIOR

A prefeitura de São Benedito do Rio Preto, no interior do Maranhão, abriu inscrições para concurso público. Foram colocada à disposição 86 vagas para os níveis fundamental, médio e superior. Este é o quinto município maranhense a abrir concurso este ano. Ontem, a prefeitura de São José de Ribamar comunicou que prorrogou as inscrições para seu concurso público. Para esta cidade existem 400 vagas disponíveis.

Os salários previstos para o certame de São Benedito do Rio Preto vão de R$ 510 a R$ 2.250, de acordo com a função, e os interessados poderão inscrever-se junto à Praça José de Freitas, nº 35, Centro, até o dia 28 de junho de 2011 entre as 8h e 12h e das 14h às 17h. As taxas custam R$ 35 e R$ 50.

A previsão é de que as provas objetivas sejam realizadas no dia 17 de julho de 2011 em horários e locais a serem divulgados cinco dias antes de sua aplicação, no mural da prefeitura e no site da organizadora www.institutocoelhoneto.org.br. Já os resultados serão informados em 15 de agosto de 2011.

As vagas são para professor de 1ª a 4ª Série, agente administrativo, vigia, digitador, guarda municipal, motorista, auxiliar de serviços gerais, psicólogo, enfermeiro, nutricionista, assistente social, técnico em radiologia, auxiliar de enfermagem e professor de informática.

Atualmente há mais 434 vagas abertas para concursos em Tarso Fragoso, Vila Nova do Martírios, Açailândia e Pio XII. Todos estes certames encerram inscrições até o dia 12.

> **Como alteramos a data de aplicação das provas, achamos por bem prorrogar, por mais uma semana, o período de inscrição**
>
> **Rodrigo Valente,**
> *secretário municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Ribamar*

São José de Ribamar

As inscições para o concurso da São José de Ribamar foram prorrogadas até o próximo dia 12 deste mês, as inscrições para o concurso público da prefeitura de São José de Ribamar. Estão sendo oferecidas 400 vagas para cargos de nível superior, nível médio e nível fundamental.

Juntamente com o processo de inscrição, que seria encerrado nesta segunda-feira (06), a prefeitura ribamarense e a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, responsável pelo certame, decidiram remarcar a data de aplicação das provas de conhecimento, que acontecerá no dia 10 de julho e não mais no dia 03 do mesmo mês.

A prorrogação das inscrições ocorreu justamente em função da alteração da data de aplicação das provas. No dia 03 de julho, além de ser o mesmo dia em que será realizado o concurso público do Tribunal de Justiça do Maranhão, acontece o tradicional Lava-Bois de São José de Ribamar, evento que encerra oficialmente a temporada junina no estado, mobiliza praticamente toda a estrutura administrativa da prefeitura e que atrai milhares de brincantes para o município.

> **920**
>
> vagas estão em disputa no concursos públicos de seis prefeituras do Maranhão.

"Como alteramos a data de aplicação das provas, achamos por bem prorrogar, por mais uma semana, o período de inscrição. Desta forma, estamos oferecendo mais alguns dias para que os interessados possam efetuar a inscrição e participar do concurso", explicou o secretário municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Ribamar, Rodrigo Valente.

As inscrições para o concurso da prefeitura de Ribamar continuam sendo feitas somente através dos sites www.fsadu.org.br e www.sousandrade.org.br. O edital do certame, já modificado, continua disponível na página eletrônica da prefeitura (www.saojosederibamar.ma.gov.br) e no site da própria Sousândrade (www.fsadu.org.br).

Para os cargos de nível funda-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

mental, o valor da taxa de inscrição é de R$ 30. Já para os cargos de nível médio, o valor é de R$ 40,00. Os candidatos interessados em disputar as vagas para os cargos de nível superior deverão pagar taxa de inscrição no valor de R$ 60.

O resultado final do certame será divulgado no dia 29 de julho, sendo que, a convocação dos candidatos aprovados acontecerá no mês seguinte.

Em menos de sete anos, esta é a terceira vez que o governo municipal de São José de Ribamar (administração do ex-prefeito Luís Fernando e a gestão do atual prefeito, Gil Cutrim) promove concurso público para preenchimento de cargos efetivos na estrutura administrativa da prefeitura.

Cargos

Para o nível superior, estão sendo oferecidas vagas para os cargos de assistente social, auditor fiscal de tributos municipais, cirurgião dentista, enfermeiro, enfermeiro obstetra, farmacêutico bioquímico, fiscal do meio ambiente, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, médico clínico geral, nutricionista, professor (disciplinas de ciências, educação artística, ensino religioso, filosofia, geografia, história, inglês, língua portuguesa, matemática, intérprete *de libras e revisor de braile)*, psicólogo e terapeuta ocupacional.

Para os candidatos interessados nos cargos de nível médio, estão sendo oferecidas vagas para agente de transporte e trânsito, auxiliar de consultório dentário, auxiliar de fiscalização tributária, auxiliar de fiscalização urbanística, guarda municipal salva-vidas, inspetor de vigilância em saúde, instrutor de bateria, instrutor de canto, instrutor de clarinete, instrutor de contra-baixo, instrutor de saxofone, instrutor de teclado, instrutor de trombone, instrutor de trompete, instrutor de violão, técnico de higiene dental, técnico em enfermagem, técnico em meio ambiente e técnico em radiologia.

A Prefeitura de São José de Ribamar prorrogou inscrições até o dia 12 de junho para concurso com 400 vagas para todos níveis

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

LEGISLATIVO

Orçamento é a pauta da vez

Deputados têm menos de dez dias para aprovarem LDO enviada pelo Palácio dos Leões. Assunto já provocou criticas de deputado governista a secertario

ALINE LOUISE

A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve voltar hoje à Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle para receber emendas parlamentares. Os deputados devem discutir o assunto nesta manhã e, após isto, terão cinco dias para propor modificações na proposta enviada pelo Poder Executivo e têm até o dia 17 deste mês (quando começa o recesso parlamentar) para aprovar a lei.

Na semana passada, o líder do governo na casa, deputado Manoel Ribeiro(PTB) declarou durante sessão plenária que o secretário poderia "enteder de ato secreto em Brasília, mas não de orçamento" estadual. Para Manoel, os problemas da lei que rege todo o dinheiro do estado são a dubiedade sobre a autonomia dos Poderes com os gastos do ano e a indefinição acerca do repasse para a Defensoria Pública.

O líder do governo já apresentou duas emendas a serem avaliadas pela Comissão: uma que pedia a determinação de 1,5% das finanças estaduais à Defensoria e outra, a inclusão da referência à autonomia dos três Poderes no artigo 19, suprimido no documento original apresentado pela Secretaria de Planejamento.

Mas o deputado Alexandre Almeida (PT do B) , presidente da Comissão de Orçamento e relator da matéria discorda. Para ele, a nova proposta da Secretaria não funcionaria como um elemento de controle pelo Executivo das demais instâncias do estado, mas "é um avanço para que ao final o exercício do orçamento não precise ser suplmentado".

A Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre o modo pelo qual as verbas estaduais serão divididas entre os poderes e qual a percentagem a ser destinada para cada um deles. Na LDO apresentada pela Secretaria de Planejamento não é especificada a "autonomia dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública" o que, na visão de Manoel Ribeiro, poderia diminuir a possibilidade de decisão de cada um dos poderes de decidir a forma de aplicação do orçamento.

O outro ponto é a indefini-

FOTOS: AGÊNCIA ASSEMBLEIA

Na contagem regressiva para o recesso parlamentar, os deputados só podem pensar em férias quando votarem a LDO

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Audiência

A agenda de eventos da Assembleia Lesgilativa para esta semana inclui na próxima quinta-feira, dia 09 de junho, uma audiência sobre o novo o projeto do novo corredor de Transporte Urbano, elaborado pela prefeitura de São Luís. Audiência será realizada às 15 horas e foi deliberada pela Comissão de Obras e Serviços Publicos

ção da percentagem a ser repassada para a Defensoria Pública, que na proposta atual oscila entre 0,5% e 1,5%. Manoel Ribeiro pede que o percentual máximo seja garantido, mas o relator do caso (Alexandre Almeida) afirma que trabalha-se com a ideia de 0,8%. Também o repasse fracionado tem causado polêmica. Nas propostas anteriores, o orçamento era aberto uma vez ao ano e permitia que cada poder pudesse usufruir da própria cota antes do fim do ano e, nos últimos meses do exercício, pedir suplementação do orçamento. Na proposta atual, o orçamento seria aberto de três em três meses, controlando melhor os gastos de todas as instâncias.

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

Alexandre, o pacificador

Integrante do time de parlamentares calouros na Assembleia, Alexandre Almeida teve a tarefa de apaziguar o atrito entre o veterano deputado Manoel Ribeiro, líder do governo na casa e o secretario Estadual de Planejamento Fábio Godim. O assunto orçamento é espinhoso, e ainda há temas que causam divergência dentro do governo. Porém, Alexandre Almeida (PTdoB), que os desentendimentos entre Manoel Ribeiro (PTB), e o Fábio Gondim já estão sanados

O presidente da Comissão conta que após o "mal entendido" houve uma rediscussão do assunto na Comissão e a emenda que garantiria a autonomia entre os Poderes do Estado, reclamada por Manoel Ribeiro, deve voltar à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Os debates sobre o tema que devem se tornar mais freqüentes na Casa nos próximos dias irão definir se Alexandre Almeida cumpriu a contento a missão de apagar o focos de conflito na base governista por conta das polêmicas em torno da LDO.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

EM PE DE GUERRA

Delegados recorrem à Justiça contra punições

AGENOR BARBOSA

Os delegados da Polícia Civil pretendem entrar hoje com um recurso junto ao Tribunal de Justiça (TJ) para contestar a portaria 585/2011 da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP) que determinou o corte do ponto dos grevistas durante a paralisação e considerou o movimento paredista como ilegal e abusivo. A categoria referendou a decisão na tarde de ontem durante assembleia na sede da Associação dos Delegados de Polícia Civil (Adepol) do Maranhão, na Rua da Palma, no Centro.

De acordo com o presidente da Adepol, delegado Marconi Chaves Lima, nenhum comunicado oficial foi enviado até o momento como forma de negociação das reivindicações da classe. O único comunicado institucional emitido até o momento foi a portaria entregue na tarde de sexta-feira na sede da associação. "Estamos em busca da dignidade para a carreira de delegado e esse documento uniu mais a categoria e fortaleceu o movimento", relatou Marconi.

Além dos membros da ativa, delegados aposentados também participaram da assembléia realizada ontem. Os membros da Adepol determinaram o envio de uma representação junto ao Ministério Público contra a portaria e um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça (TJ) para garantir a continuidade da paralisação. Durante o fim de semana, a Adepol publicou, em seu site oficial, nota de repúdio ao documento da SSP, destacando a legitimidade da greve e o caráter ordeiro e pacífico da mobilização.

Segundo a assessoria de comunicação da SSP, o secretário de Segurança, Aloísio Mendes, participou de uma reunião na tarde de ontem com a governadora Roseana Sarney para tratar sobre a reivindicação dos delegados. Até o fechamento desta edição, o resultado da reunião não tinha sido informado pela assessoria da SSP.

HONORIO MOREIRA\O IMP\ D.A PRESS

Associação de Delegados da Polícia Civil considera irregular portaria da Secretaria de Segurança que decreta greve abusiva

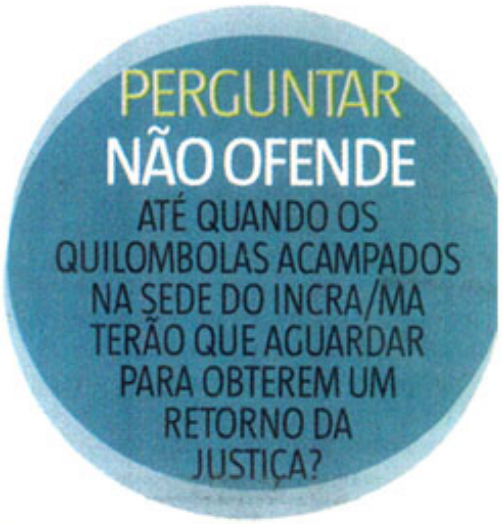
Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Greve atrapalha arraiais

Como toda greve, a luta dos delegados por melhores condições de trabalho já provoca alterações na rotina da cidade. O licenciamento dos arraiais, feito pela Delegacia de Costumes, está correndo lentamente devido à redução do efetivo em 30%. Normalmente, três delegados trabalham com a análise e liberação dos alvarás, mas com o movimento paredista, o serviço está sendo feito por apenas um delegado. Até a tarde de ontem, a Delegacia de Costumes estava com 20 solicitações pendentes de análise. "A greve está criando embaraços, mas o serviço não está parado. Existe uma demora por ser um trabalho de campo, onde o delegado faz uma visita aos locais", explicou o superintendente da Polícia Civil da Capital, delegado Sebastião Uchoa. Ele informou que já foram expedidas cinco autorizações. De acordo com o superintendente, existe a possibilidade dos membros da Delegacia de Costumes entrarem em contato com o comando de greve da Associação de Delegados da Polícia Civil (Adepol) para aumentar o contingente de delegados. O objetivo seria agilizar a expedição da licença de funcionamento aos arraiais devido à importância das comemorações de São João para a capital.

A paralisação dos delegados também resultou na suspensão das diligências externas e audiências com delegados.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação



Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

QUILOMBOLAS

Reunião para definir situação de quilombos

Reivindicações e andamento de processos de titulação de terras são algumas das pautas que serão discutidas na reunião

ISMAEL ARAÚJO

Na manhã de hoje, na sede do Instituto Nacional e Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Anil, cerca de 300 moradores das áreas quilombolas do Maranhão vão participar de uma reunião com a coordenadora-geral de Titulação de Área de Quilombo do Incra Nacional, Edvânia Silva, e ainda, com representantes da Fundação Palmares; da Secretaria de Promoção de Igualdade Racial da Presidência da República e da Ouvidoria Agrária Nacional. Na reunião, eles vão discutir agilidade nos processos de titulação de áreas de quilombos e justiça em casos de assassinatos e outros crimes contra a população dessas áreas no estado.

Leidiane Amorim, coordenadora do setor de Quilombo do Incra do Maranhão, falou que a vinda dos representantes de Brasília foi um dos pedidos feitos pelos quilombolas do estado ainda na sexta - feira passada. Nesse encontro de hoje, que vai ocorrer por volta das 9h, será apresentada uma lista de reivindicações e dentre essas estão a realização de concurso público para atender à política de regularização fundiária de quilombo; conclusão dos relatórios técnicos de identidade e delimitação pendentes, com respectiva garantia de recurso para viabilizar a execução nas seguintes comunidades: Charco, São Vicente de Férrer; Cruzeiro, Palmeirândia; Cariongo, Santa Rita, Jacareí dos Pretos, Icatu; Alto Bonito e Saco das Almas, Brejo; e Jiquiri, Santa Rita; vistoria da fazenda Aras/Ponta da Areia, no quilombo Santa Maria dos Pinheiros, Itapecuru-Mirim; atuação mais célere por parte da Procuradoria Regional do Incra na defesa das comunidades de quilombo em conflito.

Já da parte da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e Ministério da Justiça, os quilombolas pedem a inclusão dos listados no Programa de Proteção Defensores de Direitos Humanos; presença da Força Nacional e Exército Brasileiro nas regiões com maior grau de violência e a designação de força-tarefa, a fim de garantir aos ameaçados de morte efetiva proteção à vida.

Leidiane Amorim também falou que o estado possui aproximadamente 600 comunidades quilombolas e cerca de 270 em processo de titulação, no Incra, mas, até o momento, o órgão ainda não concedeu esse título, apenas o Instituto de Colonização e Terra do Maranhão (Iterma) concedeu para 23 comunidades, porém , com recursos do Incra.

Francisco Lisboa, de 64 anos, ex- morador do povoado de Retiro Velho, em São Mateus, disse que não aguenta mais viver na miséria e passando fome na cidade, pois, no ano de 2000, foi expulso da comunidade e teve que ir morar, em São Mateus. "Na comunidade, eu plantava milho, arroz, feijão e leguminosas, ou seja, tinha o que comer. Hoje, não tenho trabalho e vivo na cidade passando necessidade", afirmou Lisboa.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

TIAGO VELOSO/OIMP/DAPRESS

Leidiane Amorim, antropóloga do Incra, afirma que reivindicações serão avaliadas

Durante várias ações e palestras sobre saúde em comunidades de São Luís, observamos a existência de questões que necessitavam de um amparo jurídico mais aprofundado

Rita Ivana,
diretora-geral do Instituto Florence

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Acampamento Negro Flaviano

Mais de 300 moradores de áreas de quilombos do Maranhão estão acampados, na sede do Incra, desde a última sexta-feira (03). Entre os acampados, estão idosos, crianças e adultos.

Um dos acampados é Almirandi Madeira Costa, vice-presidente do quilombo do Charco, em São Vicente de Férrer, que sofreu um atentado, no último dia 27. De acordo com ele, até o momento, apenas tem a proteção divina, pois as autoridades da justiça ainda não conseguiram descobrir quem foram os autores dos disparos de tiro a sua casa e muito menos o dono do celta preto, veículo utilizado na fuga.

O fato ocorreu por volta das 21h; homens, não identificados, alvejaram tiros de pistola 380 sendo que dois na parede e um no telhado da casa. A vítima acredita que a família Gomes tem ligação com o acontecido. A Polícia Civil foi acionada e também o Programa Nacional de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República e o delegado da cidade de São João Batista, Armando Silva, está investigando o caso e, de acordo com ele, a polícia vai apurar o caso com muita precisão para que todos os envolvidos possam ser presos e julgados pelos atos cometidos.

600

comunidades quilombolas aguardam agilidade nos processos de titulação das áreas.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Inscrições para concurso da Prefeitura de Ribamar são prorrogadas até dia 12

Foram prorrogadas, até o próximo dia 12 deste mês, as inscrições para o concurso público da Prefeitura de São José de Ribamar. Estão sendo oferecidas 400 vagas para cargos de nível superior, nível médio e nível fundamental.

Juntamente com o processo de inscrição, que seria encerrado nesta segunda-feira (06), a Prefeitura ribamarense e a Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA, responsável pelo certame, decidiram remarcar a data de aplicação das provas de conhecimento, que acontecerá no dia 10 de julho e não mais no dia 03 do mesmo mês.

A prorrogação das inscrições ocorreu justamente em função da alteração da data de aplicação das provas. No dia 03 de julho, além de ser o mesmo dia em que será realizado o concurso público do Tribunal de Justiça do Maranhão, acontece o tradicional Lava-Bois de São José de Ribamar, evento que encerra oficialmente a temporada junina no Estado, mobiliza praticamente toda a estrutura administrativa da Prefeitura e que atrai milhares de brincantes para o município.

"Como alteramos a data de aplicação das provas, achamos por bem prorrogar, por mais uma semana, o período de inscrição. Desta forma, estamos oferecendo mais alguns dias para que os interessados possam efetuar a inscrição e participar do concurso", explicou o secretário municipal de Planejamento, Administração e Finanças de Ribamar, Rodrigo Valente.

As inscrições para o concurso da Prefeitura de Ribamar continuam sendo feitas somente através dos sites www.fsadu.org.br e www.sousandrade.org.br. O edital do certame, já modificado, continua disponível na página eletrônica da Prefeitura (www.saojosederibamar.ma.gov.br) e no site da própria Sousândrade (www.fsadu.org.br).

Para os cargos de nível fundamental, o valor da taxa de inscrição é de R$ 30,00. Já para os cargos de nível médio, o valor é de R$ 40,00. Os candidatos interessados em disputar as vagas para os cargos de nível superior deverão pagar taxa de inscrição no valor de R$ 60,00.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

OAB/MA e Subseção de Presidente Dutra fazem reivindicações ao TJMA

Uma comitiva formada pelo presidente da OAB/MA, Mário Macieira; a vice-presidente da Ordem, Valéria Lauande; o presidente da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais da OAB/MA, Willington Conceição; a presidente da Subseção de Presidente Dutra, Yara Macedo; e vários advogados que militam na Comarca de Presidente Dutra, estiveram ontem nos gabinetes do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Jamil Gedeon, e do corregedor Geral de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, para levar uma pauta com reivindicações de melhorias para aquela comarca. Participaram também do encontro, os juízes Glaucia Maia (1ª Vara) e Ferdinando Serejo (2ª Vara).

Dentre as reivindicações mais urgentes, os advogados solicitaram do TJMA e da Corregedoria um juiz substituto para a Comarca de Presidente Dutra, a ida do programa judiciário Pauta Zero para o município e a instalação da Comarca de Joselândia, criada desde 2005 por resolução do TJ e da Corregeroria, mas que até o presente momento ainda não foi implantada na cidade. "A juíza titular da 1ª Vara está de licença médica por conta de uma gravidez de risco e, em agosto, entrará de licença maternidade. Por isso que estamos solicitando a nomeação imediata de um juiz substituto e que ele fique permanente na comarca", alegou Yara Macedo.

Mário Macieira comunicou ao presidente do TJ da preocupação dos advogados da Subseção de Presidente Dutra com o atraso e o acúmulo de processos verificados na Comarca. "Isso acarreta uma série de prejuízos não só de cunho social, mas também financeiros para os nossos colegas", afirmou.

Jamil Gedeon informou que haverá um estudo sobre a viabilidade de implantação imediata da Comarca de Joselândia, o que favoreceria uma distribuição dos processos entre essa comarca e a de Presidente Dutra e um maior número de audiências.

Já o corregedor Antônio Guerreiro Júnior deu aceno positivo sobre enviar um juiz substituto para a comarca de Presidente Dutra e sobre projetar o Projeto Pauta Zero para ser realizado no mês de agosto no município.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comissão foi recebida no JP pela presidente Hilda Bogéa e pelo diretor Financeiro Sebastião Anchieta

Delegados acusam governo de usurpar funções do Judiciário

Um grupo formado por oito delegados de polícia – categoria que entra hoje no 6º dia de greve –, capitaneada pelo presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), delegado Marconi Chaves Lima, compareceu ontem ao **Jornal Pequeno**, com o objetivo de tornar público o repúdio dos delegados à portaria nº 585/2011, na qual o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluísio Guimarães Mendes Filho, declara a paralisação um "ato abusivo e ilegal". **PÁGINA 5**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Delegados acusam secretário de tentar usurpar funções do Poder Judiciário

POR OSWALDO VIVIANI

Um grupo formado por oito delegados de polícia – categoria que entra hoje no 6º dia de greve –, capitaneado pelo presidente da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Maranhão (Adepol), delegado Marconi Chaves Lima, compareceu ontem pela manhã no **Jornal Pequeno**, com o objetivo de tornar público o repúdio dos delegados à portaria nº 585/2011, na qual o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluísio Guimarães Mendes Filho, declara a paralisação um "ato abusivo e ilegal".

Para o delegado Marconi Chaves Lima, a portaria – pré-existente à greve, já que foi datada de 1º de junho, sendo que a paralisação começou no dia 2 – é "uma flagrante tentativa de usurpar as funções do Poder Judiciário maranhense, com o evidente propósito de tentar impingir medo e frustrar a mobilização da categoria".

"A portaria sim é um ato abusivo e ilegal e tomaremos todas as providências nas esferas jurídica e política para rechaçá-la", disse o delegado Jefferson Portela.

O presidente da Adepol, Marconi Lima, enfatizou que, ao contrário do que o governo estadual tem divulgado, os delegados não recusaram nenhuma proposta governamental, no que diz respeito às suas reivindicações, pois não receberam sequer uma proposta. "Como podemos recusar o que não foi oferecido. Desde o dia 2, não nos foi apresentada nenhuma proposta", afirmou o presidente da Adepol.

Marconi Lima fez questão de ressaltar que o movimento paredista dos delegados "é ordeiro e pacífico, respeitando a legislação pertinente nesse caso (30% de delegados trabalhando), de forma a não causar transtornos à população".

Ainda ontem, os delegados estiveram no Tribunal de Justiça para comunicar também ao Poder Judiciário seu posicionamento sobre a portaria da Secretaria de Segurança.

Participaram do grupo que visitou o JP os delegados Marconi Chaves Lima, Jefferson Portela; Aldir Teixeira, José Maria Melônio Filho, Antonio Carlos Martins, Djalma Passos, Estefânio Assunção Aragão e Lucas Ribeiro Filho.

G.FERREIRA

O grupo de delegados foi recebido no JP pela diretora presidente Hilda Marques Bogéa e pelo diretor Administrativo e Financeiro Sebastião Anchieta

O QUE QUEREM OS DELEGADOS

Incorporação das horas extras (10%) ao subsídio
Melhores condições de trabalho
Melhoria na estrutura física das delegacias
Incremento na frota de veículos para investigação
Retirada de presos das delegacias
Aumento do efetivo de delegados
Aposentadoria com 30 anos de trabalho

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Comissão de Direitos Humanos visitará acampamento quilombola

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, deputada Eliziane Gama (PPS), e demais membros da comissão visitarão na manhã desta terça-feira os quilombolas que estão acampados na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Cerca de 100 moradores de áreas quilombolas estão acampadas na sede do Incra desde sexta-feira, dia 3 de junho, e reivindicam agilidade nos processos de titulação de áreas remanescentes de quilombos, e justiça nos casos de assassinatos ocorridos nessas áreas nos últimos anos.

Durante a visita, os parlamentares receberão a pauta de reivindicações, principalmente as relacionadas à titularização de terras no estado, para que em seguida, seja encaminhada ao Governo do Estado e Tribunal de Justiça.

Na tarde de ontem, 6, a deputada Eliziane Gama utilizou a tribuna para falar dos conflitos de terra no Maranhão e pediu uma audiência pública para tratar sobre o problema.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

■ Pauta Zero

O corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, garantiu ao presidente e vice-presidente da OAB-MA, advogados Mário Macieira e Valéria Lauande, o atendimento a dois pedidos da entidade – a realização do projeto "Pauta Zero" em Presidente Dutra e a indicação juiz para responder pela 1ª Vara da comarca enquanto durar a licença-gestante da juíza titular, que começa em agosto. Os dois temas foram objeto de reunião ontem, no gabinete do corregedor, com a entrega de documento com reivindicações.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação

Transações penais geram recursos para o juizado

Um sistema de som adquirido com recursos de transações penais do Juizado Criminal de Olho d'Água das Cunhãs, oriundos de Termos Circunstanciais de Ocorrência (TCOs), está possibilitando à comarca a gravação de audiências e julgamentos e acelerar os trabalhos da justiça. Segundo a juíza Josane Araújo Farias Braga, o equipamento, no valor de R$ 4.380,00, e que reúne mesa de som, microfones fixos e sem fio, cabos e caixa de som, é um excelente aliado, sobretudo devido à priorização dos processos criminais.

"Dobrei o número de audiências. Todos aprovaram o sistema. Estamos fazendo instrução completa em um só dia nos processos mais recentes", comemora. Segundo Josane Braga, a novidade tem contribuído imensamente para "a tão sonhada celeridade processual".

SOLUÇÕES

Em inspeção à comarca em maio, o corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, elogiou a iniciativa e diz ter vislumbrado no sistema uma das soluções para a excelência na prestação jurisdicional. A Corregedoria, por sinal, desenvolveu sistema semelhante de gravação – o "Fala Audiência" – já implantado em dezenas de comarcas.

JULGAMENTO

Em Olho D´Água das Cunhãs o sistema de gravação permitiu o registro de dois julgamentos, dia 31, que marcaram a primeira sessão anual do Tribunal do Júri da comarca, sob a presidência da juíza.

No primeiro, Raimundo José de Barros, o "Raimundo Elesbão", foi condenado a seis anos de reclusão pelo homicídio de João Ferreira dos Santos. O crime ocorreu no dia 31 de março de 1992, em uma fazenda no município.

No segundo júri, o Conselho de Sentença absolveu Francisco das Chagas Ribeiro de Oliveira da acusação de homicídio de José Maria Carvalho de Nascimento, em crime ocorrido no povoado "Barraquinha da Linha", em agosto de 1989. O entendimento do conselho foi a de que houve ausência de provas da autoria de homicídio atribuída ao réu.

HOMICIDA

Um julgamento marcado para o dia 1º, e adiado devido ao não comparecimento do advogado, foi redesignado para outubro. O réu Francisco de Brito Melo, foragido, é acusado do homicídio de Antonio Ângelo Silva, em 20 de outubro de 1987. Hoje e amanhã, 8, sobem ao banco de réus, respectivamente, Francisco Alves da Silva e Adriano Conceição Oliveira.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo
Clipping realizado pela comunicação & informação